

Estudos de

Direito da Arbitragem

em Homenagem a Mário Raposo



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
Lisboa 2015

Apresentação

O bastonário Mário Raposo deixou-nos no dia 2 de outubro de 2013. Com a sua morte desapareceu um dos mais ilustres advogados portugueses, um homem público de exemplar retidão e um amigo de invulgares qualidades pessoais.

Enquanto ministro da Justiça, Mário Raposo promoveu a aprovação da Lei da Arbitragem Voluntária de 1986, que viria a estar em vigor durante 25 anos. No decurso da sua brilhante carreira profissional dedicou um incessante esforço científico e pedagógico à defesa dos meios alternativos de resolução de litígios, em geral, e da arbitragem, em particular. São muitos os seus trabalhos doutrinários sobre Direito da Arbitragem, para cuja divulgação contribuiu como poucos especialistas portugueses. Impõe-se, assim, que a homenagem póstuma que é devida ao Dr. Mário Raposo incida sobre esta área do Direito.

Para além da Lei de Arbitragem, são da sua iniciativa a reforma judiciária e penitenciária, como assim a da orgânica do Ministério da Justiça, tendo ainda criado núcleos de estudos para a modernização dos registos e do notariado e sobre o regime do acesso ao Direito. Promoveu e coordenou a revisão do Código Comercial e a elaboração do Código das Sociedades Comerciais ainda em vigor. Criou comissões de reforma legislativa presididas pelos mais ilustres juristas portugueses e que estiveram na origem das reformas do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, e foi também o 1.º Presidente do Conselho Nacional da Ética e Ciências da Vida.

Às superiores qualidades humanas que caracterizaram a sua personalidade, aliou o Dr. Mário Raposo uma vastíssima cultura que deu

alto cunho humanístico à obra que o viria a consagrar, ainda jovem, bastonário da Ordem dos Advogados, no período conturbado de 75/77. Essa marca cultural, a um tempo clássica mas permanentemente aberta à modernidade, é revelada na sua atividade como legislador, nos seus escritos e nas suas conferências e intervenções públicas. A inextinguível curiosidade cultural haveria de atraí-lo a percorrer caminhos novos nas suas múltiplas intervenções públicas sobre o Direito e a Justiça.

A advocacia e os seus problemas constituíram uma constante na reflexão teórica do Dr. Mário Raposo, cujo espírito foi inalteravelmente o do advogado, com uma fina consciência da missão da advocacia como profissão liberal, exigente na técnica e no rigor deontológico.

A personalidade afetuosa, aberta aos outros e ao Mundo, tornavam muito grato o convívio pessoal e profissional com o Dr. Mário Raposo. Pela nossa parte ficamos a dever-lhe muitas horas de diálogo sobre temas de marcado interesse intelectual e humano. Fruto da reflexão jurídica e da atuação profissional, como advogado, jurisconsulto e árbitro, deixou o Dr. Mário Raposo obra escrita notável, cujo valor justificará que um dia seja reunida e tornada mais acessível às novas gerações de estudiosos.

Com a publicação deste livro, pretendem os seus promotores e organizadores homenagear a memória do Advogado, que o Dr. Mário Raposo tão honradamente soube ser, mas muito em particular o Homem e o Amigo com quem tivemos o privilégio de conviver e aprender.

Lisboa, 15 de setembro de 2014

A Comissão Organizadora

Agostinho Pereira de Miranda

Miguel Cancellia de Abreu

Paula Costa e Silva

Rui Pena

Sofia Martins

Índice

- 7 Apresentação
- 9 *Curriculum Vitae*
- 17 ALBERTO RAPOSO
 A arbitragem e a posição do advogado
- 21 AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA
 PEDRO SOUSA UVA
 As diretrizes da IBA sobre conflitos de interesses na arbitragem
 internacional: 10 anos depois
- 33 ANTÓNIO DE MAGALHÃES CARDOSO
 SARA NAZARÉ
 A arbitragem necessária – natureza e regime: breves contributos
 para o desbravar de uma (também ela) necessária discussão
- 57 ARMINDO RIBEIRO MENDES
 Os Tribunais Arbitrais são tribunais, mas não são “*Tribunais
 como os outros*”
- 67 JOÃO LUÍS MOTA DE CAMPOS
 CARLOS ALMEIDA
 O reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais no quadro
 da Convenção de Nova Iorque de 1958: alguns desenvolvimentos
 comparados

- 89 JOSÉ CARLOS SOARES MACHADO
Cláusulas Arbitrais *Escalonadas*. Reflexões sobre a sua redacção e interpretação
- 109 JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA
A Representação das Pessoas Coletivas Públicas na Arbitragem Administrativa
- 135 LINO DIAMVUTU
A ordem dos advogados de Angola e a institucionalização da arbitragem. O actual estado da questão da representação das partes e da consulta jurídica na arbitragem internacional no seio da comunidade lusófona
- 145 MANUEL PEREIRA BARROCAS
Poderes do Árbitro. Extensão e Limites
- 161 MIGUEL CANCELLA DE ABREU
CLARA MOREIRA CAMPOS
LAV e os Novos Desafios à Mediação
- 173 MIGUEL ESPERANÇA PINA
FREDERICO BETTENCOURT FERREIRA
Algumas notas soltas sobre Advocacia e Arbitragem
- 199 PAULA COSTA E SILVA
Valor da causa e causas do valor nos processos arbitrais
- 211 PEDRO A. BATISTA MARTINS
Cláusula Arbitral Estatutária e sua Aprovação por Voto Majoritário: Por que Resistir?

- 223 PEDRO SIZA VIEIRA
A execução de decisões arbitrais proferidas em arbitragens domésticas
- 235 RUI PENA
O(s) Equívoco(s) da Confidencialidade na Arbitragem
- 267 SOFIA MARTINS
Ainda a redação de cláusulas arbitrais. Cláusulas em contratos multipartes e em situações de contratos múltiplos
- 277 TITO ARANTES FONTES
NUNO SALAZAR CASANOVA
O *Equitable Estoppel* e a arbitragem imposta por terceiros não signatários
- 301 TOMÁS TIMBANE
A arbitragem institucionalizada em Moçambique: ponto da situação e perspectivas de evolução futura